

2ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

N. 202600026457

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS E CRIMINAIS com condenação transitada em julgado contra:

Adir Cardoso Gentil

CPF n. 276.536.090-15

CERTIFICAMOS, ainda, que, nos termos da Resolução CNJ n.º 121/2010 e da Portaria Conjunta n.º 02/2023, consta a distribuição dos seguintes feitos em nome ou no CPF acima indicados:

Número	Classe	Juízo
0006255-24.2025.8.27.2700	Ação Penal - Procedimento Ordinário	LUIZ ZILMAR DOS SANTOS PIRES

Certidão emitida em: 31/07/2026 14:25:13 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida figura no pólo passivo da relação processual originária;
- Consulta pública realizada nos sistemas e-Proc, SPROC e SEEU (apenas execuções penais em desfavor da pessoa pesquisada que tramitem no âmbito deste Tribunal);
- A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente;
- A consulta abrange todos os órgãos julgadores de segunda instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados e processos de execuções fiscais;
- Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019 e Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço <https://app.tjto.jus.br/certidao/vc/DCBXZ14B>
- Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n. 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- Válida por 60 dias – Provimento n.º 11/2019 e alterações.



Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 31/07/2026 14:25:13

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: DCBXZ14B

